

Mulheres sob a ótica patriarcal

Letycia Fossatti Testa¹
Marcos Hidemi de Lima²

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a representação das personagens femininas, Isaltina e Adélia, de grupos étnicos distintos, presentes nos romances *Lucas Procópio* e *Um cavaleiro de antigamente*, de Autran Dourado, sob a ótica do patriarcalismo. Em ambas as narrativas, as personagens estão inseridas em um ambiente que busca moldá-las a ideologias preestabelecidas histórica e socialmente. Nessa linha de raciocínio, será configurada a relação conflituosa e hierárquica que se estabelecia entre o homem *versus* a mulher e serão relacionadas semelhanças e diferenças entre a mulher branca, representada por Isaltina, e a mulher negra, representada por Adélia, em um importante período brasileiro.

Palavras-chave: personagens femininas, patriarcalismo, autran dourado.

Women under a patriarchal perspective

Abstract: This work aims to analyze the representation of the female characters, Isaltina and Adelia, from different ethnic groups, present in the novels *Lucas Procópio* and *Um cavaleiro de antigamente*, by Autran Dourado, from a patriarchal perspective. In both narratives, the female characters are inserted in an environment which seeks to mold them to preestablished ideologies in historic and social terms. In this line of reasoning, the conflictual and hierarchical relationship established between man versus woman is going to be configured and the similarities and differences between the white woman, represented by Isaltina, and the black woman, represented by Adelia, are going to be related in an important Brazilian period.

Keywords: Female characters; Patriarchy; Autran Dourado.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar a representação de duas personagens, Isaltina – mulher branca e bem educada – e Adélia – mulata alforriada –, sob a ótica

¹Graduada em Letras - Português e Inglês, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pós-graduada em Literatura Brasileira e cursando Mestrado em Letras, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

²Graduado em Letras - Português e Literaturas, mestre e doutor em Letras, todos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professor da graduação e mestrado em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus de Pato Branco.

Textura	Canoas	v. 19 n.40	p.189-209	maio/ago. 2017
---------	--------	------------	-----------	----------------

patriarcal, retratadas em dois romances contemporâneos: *Lucas Procópio* (1984) e *Um cavaleiro de antigamente* (1992), de Autran Dourado.

Ambos os romances apresentam uma história que se desenvolve em Minas Gerais, entre meados do século XIX até o início do século XX e proporcionarão uma visão da história colonial brasileira e das questões sociais que envolveram esse período, como o preconceito étnico e as atitudes contra as mulheres, que eram seres totalmente subjugados ao poder masculino, de acordo com o padrão praticado pelo patriarcalismo, então fortemente vigente.

A partir do objetivo deste estudo, buscar-se-á analisar como a ordem patriarcal se estabelecia dentro da família senhorial e/ou sociedade retratada nas duas obras, verificando como ocorria a relação de poder entre homem *versus* mulher. Além disso, será identificado o comportamento ditado pela sociedade às mulheres e como estas eram submetidas a ordens e ideologias preestabelecidas histórica e socialmente.

No que tange à sustentação teórica deste trabalho, as personagens analisadas serão relacionadas, especialmente, aos conceitos de *mulher esposável* e *mulher comível*, definidos por Affonso Romano de Sant'Anna (1985) e com as definições de *núcleo* e *nebulosa*, propostas por Roberto Reis (1987). Ademais, serão relacionadas e contrastadas as formas de preconceito contra as mulheres das duas etnias, buscando cotejá-las e aproximá-las na condição de seres marginalizados socialmente.

Assim, é compreensível perceber que este estudo possui um caráter literário, social e histórico, pois analisará, valendo-se do texto ficcional, aspectos duros da realidade e da história brasileira, que, conseqüentemente, geraram e ainda geram profundas cicatrizes na trajetória do Brasil.

LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE

A saga da família Honório Cota, descrita pelo mineiro Autran Dourado, inicia-se com o romance *Ópera dos mortos*, que não será objeto deste estudo e segue-se com os romances *Lucas Procópio* e *Um cavaleiro de antigamente*. Lucas Procópio é o protagonista da obra que leva seu nome no frontispício do livro, permitindo constatar, no seu modo arrogante e violento de agir e tratar as demais pessoas, as maldades e o comportamento violento dos grandes senhores proprietários de terras que formaram, à custa de exploração de pessoas e da invasão de terras, a base agrária do Brasil. Este

personagem exercia seu poder sobre seus escravos, agregados, sobre as mulheres consideradas de classe inferior, sobre sua esposa, filhos e toda a sociedade em geral.

Um cavalheiro de antigamente apresenta a segunda geração desta família, fundamentada no protagonista João Capistrano Honório Cota, filho do patriarca Lucas Procópio. Nesta obra é possível observar o comportamento do homem, considerado como um ser superior à mulher, assim como, por meio de Isaltina, mãe do protagonista, é possível ter uma visão dos padrões que a mulher deveria seguir na época.

A partir destas obras será possível analisar a personagem branca Isaltina, esposa do coronel e patriarca Lucas Procópio e a personagem negra, Adélia, que era a amante ou mero objeto sexual do esposo de Isaltina.

A ORDEM PATRIARCAL: HOMEM *VERSUS* MULHER

O processo de colonização do Brasil foi marcado por fortes características, tais como: relação conflituosa entre os brancos, colonizadores e os nativos que aqui viviam; os efeitos sociais da miscigenação; exploração das riquezas brasileiras; o culto ao catolicismo e o processo de aculturação do índio e do negro; a conquista de terras; a formação de uma base agrícola; o comércio de escravos vindos da África e o advento da escravidão; e a formação da família patriarcal e a divisão social estabelecida entre o senhor, na condição de patriarca, e os seus subordinados – nativos, escravos, mulheres, filhos e toda sociedade que foi se formando ao redor da casa-grande.

Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933) efetua uma comparação do colonialismo português como uma sociedade semifeudal, em que, principalmente na zona agrária, desenvolvia-se uma monocultura absorvente, dominada por uma minoria, denominados patriarcas. (FREYRE, 2013, p. 33).

Esse período se revelou importante para retratar diferentes aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais que constituíram o país e que trazem consequências visíveis até hoje, como o caso do preconceito racial tão presente no Brasil. De acordo com a obra *A permanência do círculo*:

Constata-se que uma ordem econômica injusta – calcada na escravatura – determina uma dada estrutura social, eminentemente hierárquica. A hierarquia redonda numa interdependência entre senhor e escravo. Um inexistente sem o

outro. Para que o sistema funcionasse e assim permanecesse, recorria-se a violência, capital para que se conservasse o vínculo da relação escravista. (REIS, 1987, p. 24).

É a partir da vinda dos escravos para o Brasil que se realiza a relação entre senhor-escravo, entre dominador e dominado, entre a casa-grande, espaço de concretização plena do poder do senhor do engenho, e a senzala. Estas características criam “[...] condições para o desenvolvimento da família de tipo patriarcal em que o chefe goza de poder absoluto sobre seus membros que dele dependem e a ele devem obediência.” (COSTA, 1999, p. 237). Ainda, de acordo com Reis, “a partir do senhor do engenho (ou do fazendeiro), patriarca que, dominador, ocupa o centro, eram marcados os lugares sociais dos que não pertenciam à casa-grande.” (1987, p. 26).

Essa figura masculina, com grande poder econômico, representaria a voz suprema da sociedade, a lei que regia ideologicamente os padrões e costumes da época, o dominador que com algum esforço efetuou o comando no Brasil-colônia.

De acordo com o estereótipo comum da família patriarcal brasileira, o *pater familias* autoritário, rodeado de escravas concubinas (sic), dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67)

Além disso, pode-se afirmar que “a chamada família patriarcal brasileira comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala.” (VIANNA apud DEL PRIORE, 2011, p. 223). Segundo Freyre, a casa-grande e seus arredores, em que faz parte a senzala também, foi o espaço da realização do poder masculino, pois “a força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos de terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal.” (2013, p. 38). É por meio desse poder que o homem, como figura suprema da família, exercia o patriarcalismo e com isso, subjugava todos que giravam em torno do poderio desses homens poderosos de então.

Sobre essas considerações, faz-se importante tratar mais especificamente da formação da família patriarcal da época, cujo centro era ocupado pelo patriarca. Depois deste, vem a sua esposa, que dentro dos moldes do período, deveria ser branca, bem educada e de uma família respeitável. Seu papel era

submeter-se ao marido, dando a ele certo *status* social, além, é claro, de educar os filhos. Estas mulheres deveriam:

[...] submeter-se, sem contestação ao poder do patriarca, aliando a ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos vinte anos era praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas mães que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. (SAFFIOTI, 1979, p. 168).

Diante disso, verifica-se que a mulher desfrutava de pouca ou nenhuma liberdade em comparação ao homem, mesmo sendo de uma classe mais abastada social e economicamente. Sua vida circulava em torno dos mandos e desmandos do patriarca, seja ele primeiramente seu pai, ou posteriormente seu marido. Com isso, a mulher vivia presa aos padrões da sociedade e o casamento era seu único destino aceitável, pois, se ficasse “solteirona” sua reputação ficaria abalada e se tornaria um fardo ainda maior para a família.

O NÚCLEO E ANEBULOSA

Reis (1987), em *A permanência do círculo*, analisa dois importantes termos oriundos do pensamento de Caio Prado Júnior, que se intitulam *núcleo* e *nebulosa*. Reis salienta que esses dois conceitos resumem as metáforas de compreensão da sociedade colonial: “[...] existe um núcleo central organizado, cuja coerência é dada pelo sistema escravocrata; e em torno deste núcleo, disposta mesmo em seus interstícios e sofrendo sua influência, uma nebulosa social incoerente e desconexa.” (1987, p. 31).

Além dessas terminologias, Reis utiliza nos seus estudos os termos *centro* e *círculo*, oriundos das pesquisas efetuadas por Octavio Ianni. O estudioso afirma que “no centro ou núcleo está a figura do senhor e patriarca, junto com os que habitam a casa-grande. Na nebulosa ou periferia, a bem dizer, todos os restantes” (REIS, 1987, p. 32), ou seja, o poder hierárquico está nas mãos do patriarca, que integra o núcleo deste círculo, formado também pela nebulosa, onde se encontram os sujeitos marginalizados étnico e socialmente. É no núcleo que o poder se encontra, e são “[...] os figurantes do núcleo senhorial que exercem domínio sobre os da nebulosa.” (REIS, 1987, p. 32).

Além disso, por meio dessas definições, é possível fazer uma analogia da organização da sociedade da época, em forma de círculo, com distinções e distâncias claras. O núcleo ou centro deste círculo é o local de força maior, da casa-grande, ocupada por poucos, já a nebulosa, é constituída por tudo aquilo que se configura ao seu redor, o restante deste círculo, com maiores proporções, haja vista que quase toda a sociedade integrava esta distinção. Segundo Reis, as figuras pertencentes ao centro dominante estão constantemente delimitando a fronteira que barra a ascensão social dos integrantes da nebulosa, sublinhando a hierarquia que os divide e a inferioridade social que os distancia (1987, p. 35-36).

Contudo, o ensaísta destaca que mesmo havendo uma distância e uma separação clara entre os integrantes de cada espaço, alguns personagens marginalizados socialmente buscam uma aproximação com o núcleo, com o objetivo de desfrutar certos privilégios. Isso acontece porque “a vizinhança do centro eleva socialmente, ao passo que a distância inferioriza.” (REIS, 1987, p. 33). Enfim, na época escravocrata brasileira, muitas pessoas pertencentes à nebulosa, como escravos(as) e mulatos(as), buscavam e se dedicavam à proximidade com a casa-grande. Com esse procedimento, almejavam ter (e muitas vezes isso ocorria) uma vida melhor que a dos escravos(as) que viviam nas senzalas.

Também, é importante destacar que as mulheres brancas, de classe social elevada, normalmente eram pertencentes ao núcleo do círculo, já que habitavam a casa-grande junto com o patriarca. Contudo, não deixavam de submeter-se ao poder masculino, “porque, sendo a sociedade masculina, a mulher tende a ser recalcada.” (REIS, 1987, p. 41), ou seja, inferiorizada ao homem em todos os sentidos. Mais que isso, é fundamental frisar que seu lugar ao centro dependia de um casamento, quase sempre arranjado, com um grande senhor proprietário de terras, bem como, sua aceitação aos padrões esperados da mulher da época. Àquela que não se encaixava nesse receituário, ficava mais marginalizada, pois existia uma espécie de concordância tácita entre os homens, impedindo-a “[...] de circular no centro toda vez que trouxer uma marca que a inferiorize socialmente.” (REIS, 1987, p. 41).

Com relação às mulheres negras ou mulatas, verifica-se que estas almejavam a proximidade com o núcleo, valendo-se muitas vezes das relações carnais que aconteciam com os seus senhores. Isso era comum, uma vez que o patriarca era o proprietário dos seus escravos, o que garantia a ele o direito de fazer o que bem lhe aprouvesse com seus “bens ou objetos”. Com essa relação

verticalizada, estas mulheres utilizavam seu corpo como moeda de ascensão social e como uma forma de aceitação de uma violência consentida, que há muito acontecia na relação senhor-escravo.

MULHER ESPOSÁVEL E MULHER COMÍVEL

Affonso Romano de Sant'Anna (1985), principalmente no capítulo “A mulher de cor e o canibalismo erótico na sociedade escravocrata”, do livro *O canibalismo amoroso*, retrata alguns conceitos importantes sobre a representação da mulher na literatura antes e após o Romantismo brasileiro. Segundo o autor, a mulher retratada na literatura passa pela conversão do espaço da visualidade para a oralidade, “oralidade aqui, como um impulso de incorporação do objeto do desejo.” (SANT'ANNA, 1985, p. 18), permitindo subsequentemente ao leitor a interpretação de uma espécie de jogo que se efetua entre a *mulher esposável* (branca) e a *mulher comível* (negras, índias e mestiças).

Como já mencionado anteriormente, na ordem escravocrata brasileira, quem detinha o poder eram os senhores proprietários de terras, que viviam nas casas-grandes e promoviam uma relação de desigualdade social, de poder, de sedução e violência sobre o gênero feminino. Porém, com a mulher branca normalmente havia uma sedução “branca”, ou seja, idealizada e menos evidente, e com a mulher de cor havia uma sedução “vermelha”, assinalada pela “agressão física” (SANT'ANNA, 1985, p. 27). Cumpre explicitar que a mulher negra, mulata, mestiça ou índia, nessa ordem masculina, era apenas vista sob a ótica de mero quitute sexual. Contudo, pode-se ressaltar que “[...] esse desejo oral pela mulher de cor é resultado da relação social e uma expressão de poder.” (SANT'ANNA, 1985, p. 24).

No passado brasileiro, muito mais do que outras mulheres, a mulata – ocupando etnicamente o espaço negro e o espaço branco – era vista como um ser inferiorizado, circunscrita ao “espaço do pecado consentido” (SANT'ANNA, 1985, p.27). Por isso, era vítima de uma agressividade canibalesca e violenta por parte de seu senhor, que desde a adolescência exercia controle e dominava sexualmente suas “presas”, como animais que lhe pertenciam e com os quais satisfazia sua lubricidade, já que a mulher branca quase sempre estava representada e relacionada à “virgem assexuada” e, depois de casada, à mãe que geraria os descendentes da família oficial.

Com uma ótica fundada na perversidade sexual, sobretudo contra a mulher de cor, Sant'Anna (1985) leva o leitor a entender também a

diferenciação entre a *mulher esposável* e a *mulher comível*. A primeira remete à mulher branca, com uma boa educação, de condições econômicas favoráveis, silenciada e subordinada, com ar humilde, que dará um *status* social ao seu esposo e servirá primordialmente para a procriação. Este modelo de mulher, nas palavras de Lúcia Castelo Branco e Ruth Silviano Brandão (1989), é escolhido pelo homem de acordo com as ideologias arraigadas na sociedade da época, que apontava para a esposa exemplar e ideal, sendo que uma das expectativas principais é de que ela mantivesse o equilíbrio doméstico.

Do outro lado, há a *mulher comível*, configuração de um ser inferiorizado, sem direito à educação, vivendo a condição aviltante de cativa, circunscrita ao espaço do sexo com ou sem seu consentimento, que é devorada sexualmente pelo seu senhor.

Enfim, como figura não apenas para ser *pintada*, mas *sentida*, como criatura não para ser *esposável*, mas para ser *comida*, a mulata é o lugar recorrente do desejo imaginário escravocrata. Ela é o espaço mestiço onde a ideologia, também mestiça, exercita ambigualmente o jogo da sedução e da dominação erótica e econômica. (SANT'ANNA, 1985, p. 31, grifos do autor).

Estigmatizada e aviltada, muitas vezes a mulata fez do seu corpo um meio de ascensão social. Tida no imaginário das pessoas como sedutora, essa mulher utilizava seu corpo para seduzir seu senhor ou feitor, de modo a obter certos privilégios, sobrepondo-se aos que se encontravam na mesma situação que ela. Porém, tratava-se de uma prerrogativa que envolvia mais riscos do que vantagens, visto que, ao fazer isso, ela acabava se tornando mais sujeita ainda à dominação e à violência masculina. Ademais, essa relação entre senhor e escrava criava uma falsa ideia, pois levava o homem a “[...] justificar-se perante si mesmo, convencendo-se de que a escravidão, afinal, não [era] tão má” (SANT'ANNA, 1985, p. 35), visto que ele acredita que a mulher encontra prazer nessas trocas eróticas, ou ainda, que se sente privilegiada por ter sido uma “escolha” do seu senhor.

Entretanto, ainda que o poder masculino fosse praticamente inquestionável à época, o intercuro, por exemplo, entre um senhor casado e uma escrava nem sempre ocorria na mais absoluta tranquilidade. Muitas relações entre senhor e escrava geravam conflitos. Não podendo interpelar o marido, algumas senhoras voltavam-se furiosamente contra as negras e mulatas que haviam sucumbido seus maridos. Esses conflitos eram gerados pelo “[...] ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com

mulher. (FREYRE, 2013, p. 421). Isso causou às negras sofrimentos e castigos terríveis, muitas vezes levados a cabo até a morte.

Portanto, com base nas considerações até aqui apontadas, sobre o tratamento dado às mulheres, brancas ou de outras etnias, pode ser assinalado que:

Se da mulher branca se exigia uma série de “atributos femininos”, que assim definidos serviam para circunscrevê-la no espaço do ócio e não do negócio, no que se refere à mulher de cor a situação se repete com agravantes. Além de mulher, ela é preta. Quer dizer: escrava, subordinada duas vezes. (SANT’ANNA, 1985, p. 42).

MULHERES MARGINALIZADAS

ISALTINA

Isaltina Sales Cota está presente nos romances *Lucas Procópio*, *Um cavalheiro de antigamente* e *Ópera dos mortos*, embora neste último ela apareça de forma esporádica. Segundo consta nas narrativas, esta personagem era a filha caçula de Cristino de Almeida Sales, um político muito prestigiado de meados do século XIX, deputado à Constituinte do Império no Rio de Janeiro.

Isaltina teve educação esmerada, foi criada na Corte, ia com o pai, o barão das Datas, ao paço de São Cristóvão no dia do beija-mão do imperador, frequentava os melhores salões do Rio de Janeiro, as temporadas líricas e teatrais, onde brilhava não só pelos ricos vestidos e jóias mas por sua grande beleza; apesar de que ainda muito menina, aparentava ser moça feita. (DOURADO, 2001, p. 10).

Isaltina, desde cedo, recebeu uma educação que era privilégio de poucas mulheres na época, o que resultou na paixão pela literatura, virando apreciadora dos romances e folhetins em voga no período. Além disso, logo criou gosto por outras coisas da “esfera” feminina, como os versos, a dança e a música. Enquanto vivia na Corte a personagem teve suas primeiras “experiências amorosas”, se assim se pode afirmar:

Tinha doze anos, mas já a buscavam olhos mais persistentes e sanhudos. Ela era uma menina muito bonita, e quando via que os olhares masculinos eram mesmo para ela, se sentia tão perturbada que não conseguia parar neles os seus olhos por

muito tempo, punha-os no chão, corava a ponto da avó notar.
(DOURADO, 1985, p. 90).

Mesmo sendo muito bem letrada e vivendo em uma cidade desenvolvida, se comparada às cidades interioranas, a personagem carregava o “recato” que cabia às mulheres da época. Suas primeiras paixões foram breves, mais idealizadas do que realmente realizadas. Porém, ao contrário do que se imagina, seu pai:

O barão, homem de rigor antigo, apesar dos planos de casar as filhas em famílias ricas capazes de ajudá-lo financeiramente, no capítulo erótico caseiro não era tão liberal como na política. Não as deixava namorar sozinhas, sempre havia um irmão ou alguém de confiança a acompanhá-las nas festas e passeios. [...] E seja dito em seu louvor, era dos mais liberais patriarcas da cidade.
(DOURADO, 1985, p. 95).

Mesmo dando certa liberdade às filhas, pela sua formação e pelo posto que ocupava, o barão conservava o caráter patriarcal que o formou e que formou toda a sociedade do período. Ademais, via o casamento como algo fundamental para as mulheres, que devia acontecer cedo. Esse modo de pensar evidenciava seu interesse financeiro com o matrimônio das filhas, pois, depois que abandonou a política e foi viver em Diamantina, suas finanças decaíram significativamente.

Foi nesse período que apareceu em Diamantina um homem que aparentava ter muito dinheiro, “não era bonito, pelo contrário, tinha o cenho carregado, as sobrelhas grossas, o nariz grande, meio grisalho.” (DOURADO, 1985, p. 97). O barão das Datas logo buscou “arranjá-lo” para a filha. Contudo, Isaltina odiou aquela figura, com porte totalmente ao contrário do caráter romântico que ela almejava encontrar: “Um desconforto, uma náusea só de pensar aquele homem cortejando-a. Muito mais velho do que ela, não se enxergava? Uma tristeza a gente estar sujeita a essas coisas. A posição da mulher, sempre pior que a do homem.” (DOURADO, 1985, p. 97-98).

Nestas observações, ela demonstra que o gênero feminino tinha consciência, normalmente, das desigualdades que o acometiam e o caráter de inferioridade atribuído à mulher em relação ao homem. Além disso, já há certo questionamento aos padrões comportamentais enraizados na sociedade.

Entretanto, a ordem masculina não se detinha perante a ótica diferenciada manifestada pela mulher. Não demorou muito para o forasteiro, Lucas Procópio, frequentar a casa do barão e pedir a filha em

casamento. Isaltina mostrou-se muito relutante em aceitar, porém, para não desgostar o pai, acabou cedendo, imaginando que talvez conseguisse mudar a rudeza do futuro marido: “Ela ia ter muito trabalho com ele. Já se decidira a aceitá-lo (não havia outro jeito), o melhor era transformar a obrigação em gosto, melhorá-lo.” (DOURADO, 1985, p. 101).

Ao se analisar os propósitos de Lucas Procópio, pode-se afirmar que este veio para Diamantina com a única intenção de encontrar uma mulher “decente”, que servisse para o casamento. Ele já tinha idade suficiente para isso, precisava garantir herdeiros para suas posses e uma esposa respeitável lhe daria um *status* melhor, deixando-o mais bem visto perante a sociedade.

Lucas Procópio não procurou especialmente Isaltina, para ele qualquer uma servia, desde que fosse pessoa de classe alta. A donzela sendo de casta, melhor ainda; ele queria era ser bem aceito pela sociedade de Duas Pontes, que não o via com bons olhos desde quando ele chegou no município. (DOURADO, 2001, p. 9).

Dessa forma, quando conheceu Isaltina, logo quis concretizar o matrimônio, pois ela representaria a típica *mulher esposável*, retomando a definição dada por Sant’Anna (1985). Assim, quando trouxesse a esposa para Duas Pontes, ou, de acordo com o modo de pensar de Lucas Procópio, seu novo “objeto” decorativo, ele se tornaria um patriarca invejado, porque naquela cidade não haviam mulheres de semelhante casta.

Após Isaltina aceitar o pedido de casamento, que deveria acontecer, a pedido do coronel, o mais rápido possível, chegaram aos ouvidos da noiva histórias vividas pelo futuro esposo, de que ele relacionava-se com negras, mulatas e prostitutas, que vivia bêbado, causando vexame na rua, sem preocupação nenhuma do que os outros (inclusive Isaltina) iriam pensar a respeito disso. Face a essa situação vexatória, Isaltina não mais aceita o pedido de casamento, sentindo-se totalmente humilhada pelas ações do noivo e pelo descaso que este demonstrou quando ela o indagou se fora verdade o que ouviu. Esta atitude do coronel comprova que ele concebe suas ações imorais como naturais pela posição que ocupa, como homem e patriarca, pertencente ao topo hierárquico da sociedade nesta época.

Posteriormente ao rompimento do casal, Isaltina foi obrigada pelo pai a reatar o relacionamento. Esta atitude endossava a consciência masculinista de que uma filha “permanecer solteira, além de pouco atraente e financeiramente inviável na maioria das vezes, implicava um desprestígio para a mulher.”

(ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 83). A relutância da filha levou Cristino Sales até mesmo a apontar uma arma para Isaltina no auge de sua demonstração de poder patriarcal, pois “a razão está do lado masculino, como aí está também o poder da palavra instauradora de toda uma ordem hierarquizada.” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 61). Na arguta observação da personagem, “como uma escrava o pai a tinha vendido” (DOURADO, 1985, p. 102).

Esta ação realizada pela figura paterna era comum, pois este era o protetor do lar, que ditava as “leis” a serem seguidas, sem contestação, aos demais membros da família, já que “até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos.” (FREYRE, 2013, p. 509). Todavia, Isaltina não ficou magoada com a ação do pai, continuou a amá-lo da mesma maneira, o que demonstra “[...] que da palavra cassada, as personagens femininas têm a vida cassada, de tal forma elas interiorizam uma linguagem que não é a sua própria, mas uma linguagem autoritária que as reduz inconscientemente ao silêncio” (CASTELO BRANCO; BRANDÃO, 1989, p. 53-54).

Após a festa de casamento, “naquela mesma noite Isaltina iniciaria a sua longa infelicidade, o seu caminho de pedras.” (DOURADO, 1985, p. 104). O primeiro ato de violência física e moral do marido contra a esposa foi na noite de núpcias do casal, pois a personagem, dentro da sua grande ingenuidade como mulher, nada sabia sobre sexo:

O coronel lhe desabotoava o vestido, mas na aflição e desajeitadamente, em desespero, lhe rasgava as vestes. Não, assim não! Tenho medo, não quero! dizia ela. Um carinho ao menos...

Não completou a frase, violentamente ele lhe rasgou o vestido, o corpete. Ela procurava proteger a nudez, se debatia, ele não a soltava. Eu vou gritar, disse ela. Ele então segurou-a pelos ombros, jogou-a na cama. Não caiu sobre Isaltina como ela esperava. Foi se afastando e disse se esfregue, mulher de merda! Se vestiu apressadamente. Ao sair, bateu com força a porta. (DOURADO, 1985, p. 105).

A violência da figura do *pater familias* vai se repetir por muito tempo. Até mesmo os filhos do casal vão ser consumados nestes atos depravados do patriarca. Na maneira como o coronel trata a esposa, fica evidente que há muito tempo a mulher vem sendo vítima de uma sociedade que a subjuga a tudo em relação ao homem, que a rebaixa e a oprime ao nível de um objeto

deste. Ademais, “o fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade.” (DEL PRIORE, 2011, p. 45-46).

Logo que chegou à cidade do esposo, a mulher causou admiração em todos que ali viviam: “Dava gosto ver dona Isaltina, finura assim a gente nunca tinha visto antes na cidade.” (DOURADO, 2001, p. 9). Contudo, vão viver na área rural e a personagem logo se vê desgostosa com a pacata vida na fazenda, “não tinha quase nada a fazer no casarão enorme. Para não cair no tédio pecaminoso, na vida ociosa, resolveu dirigir a alimentação da escravaria do eito, se interessar pela direção da casa.” (DOURADO, 1985, p. 110). Nesse sentido, verifica-se, como sucede à Isaltina, as mulheres de então não participavam de nenhuma esfera social, a não ser a privada, familiar, com as ocupações acima descritas. Entretanto, como uma figura de casta que vive na casa-grande, pertencente, de certa forma, ao *núcleo*, conforme observa Reis (1987), a filha do barão de Datas desfrutava de uma vida tranquila, cheia de luxos e regalias que a posição social lhe permite usufruir, e que a punha longe do trabalho árduo, pois este era exercido pela escravaria.

Isaltina, quando engravida do primeiro filho, torna-se mais ociosa ainda, pois o marido a proíbe de qualquer esforço físico, temendo que ela viesse a abortar e, assim, acabar com o sonho do patriarca de ter um herdeiro. No entanto, ao contrário do que o patriarca imaginava e queria, o primeiro filho do casal foi uma menina, o que o fez sentir antipatia pela esposa e pela filha. Depois deste fato o casal se distancia quase completamente. Entretanto, num de seus arroubos de violência sexual, Lucas Procópio, valendo-se do consentimento social dado aos homens, engravida novamente a esposa. O coronel torna-se “temeroso e preocupado com o futuro nascimento de um herdeiro para continuar sua linhagem, no qual incutiria toda a sua primitiva nação de homem, ele passou a ter maior cuidado com ela, não mais a assaltava na escuridão do quarto.” (DOURADO, 1985, p. 130). Aliás, após o nascimento do filho, João Capistrano Honório Cota, o temido patriarca preocupou-se inteiramente com a educação do filho, “queria para ele uma natureza dura e forte como a dele.” (DOURADO, 1985, p. 152).

Após estes acontecimentos, Isaltina adoece devido, principalmente, à solidão em que se encontrava, sem motivo aparente para viver e pelo desgaste emocional que as atitudes violentas e depravadas do marido lhe causavam. Ele bebia demais, praticava inúmeras maldades com ela, com os seus escravos e,

ainda, desfrutava sexualmente, de forma desinibida, de suas escravas e mulatas. Estas atitudes revelam:

[...] o quanto a sociedade aqui abarcada é repressora e autoritária, hierárquica. Privilegia a alma e o homem, e sufoca o corpo e a mulher. Só ao homem é facultado o trânsito entre os dois pólos, entre a castidade e o gozo. Por isso, a sociedade é masculina.” (REIS, 1987, p. 40)

Com o padecimento de Isaltina, quem começa a frequentar a casa-grande é o padre Agostinho, haja vista que era regra consensual que o religioso, no âmbito da sociedade da época, tivesse permissão moral para frequentar o recinto privado da família, do qual a mulher dificilmente saía. Mas, mais que isso, sua presença era permitida porque era necessário que a mulher branca fosse um exemplo de castidade e religiosidade.

Esta aproximação com uma pessoa culta, distinta, amante de literatura e música, fez Isaltina recuperar a vitalidade, voltar a tocar piano e “[...] cumprir os seus deveres religiosos com assiduidade e devoção.” (DOURADO, 1985, p. 131). Dessa maneira, a partir de uma amizade pura e elevada, surgiu um relacionamento amoroso entre os dois, seres frágeis e expostos a todo tipo de violência que a figura patriarcal de Lucas Procópio poderia exercer, caso descobrisse a traição, “[...] porque a própria lei permitia que achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a esposa como o adúltero.” (DEL PRIORE, 2011, p. 59)

É óbvio que o relacionamento não durou muito tempo e aconteceu de forma praticamente idealizada, sem prova evidente de concretização carnal entre o casal. Aos olhos de Isaltina, fora um amor dentro da moldura romântica, longe da perversidade e da indiferença que a personagem estava acostumada no convívio com o perverso marido. Todavia, o coronel descobriu o relacionamento e, junto com quatro capangas, deu uma surra covarde e humilhante no padre, que, sem reação e em frangalhos, abandonou a cidade no dia seguinte. Depois, foi a vez da esposa, que foi açoitada, como uma escrava, diante dos filhos:

A mais recuada e brumosa visão que João Capistrano tinha de sua infância (ele fez de tudo para esquecê-la e até certo ponto conseguiu) era a de uma figura grande forte e espadaúdo, de sobranceiras grossas espetadas feito taturana, a barba comprida, as botas sujas de barro, vibrando um chicote no ar, descendo-o sobre sua mãe. Esse homem era seu pai, Lucas Procópio Honório Cota. (DOURADO, 2001, p. 7).

Depois deste acontecimento, Isaltina, totalmente humilhada e subjugada ao marido e à sociedade, que a via com olhos pecaminosos, pelos boatos que se seguiram, se fechou para o mundo. Como um a *mulher esposável* manteve-se firme e dedicada apenas à educação dos filhos.

ADÉLIA

Adélia é uma personagem que aparece esporadicamente nas obras *Lucas Procópio* e *Um cavalheiro de antigamente*. A respeito dela só existe conhecimento de seu relacionamento com o Lucas Procópio, não se sabe seu sobrenome, sua origem, cultura, não há acesso à sua consciência e nenhuma parte do enredo é narrada sobre o seu ponto de vista. Ela é apresentada como uma escrava alforriada do poderoso coronel Lucas Procópio, com quem ele mantém um relacionamento, baseado, fundamentalmente, na concretização carnal, que já ocorria antes mesmo de casar-se com Isaltina.

A primeira vez que ela aparece na obra *Lucas Procópio* é quando a noiva Isaltina questiona o futuro marido sobre a veracidade das “conversas” que ela havia ouvido a respeito das relações que ele tinha com outras mulheres. O patriarca responde sem contestação e de forma desinibida: “É Adélia, comprei e alforriei, disse ele secamente, [...] É o meu feitio, disse ele. (DOURADO, 1985, p. 102-103). Por conseguinte, a mulata é considerada a causa da primeira intriga do casal.

Supõe-se que o coronel comprou a escrava ainda quando visitava Diamantina, pois logo após a chegada do casal a Duas Pontes, ele afirma que instalou Adélia na cidade, longe da esposa. Porém, no início do casamento, quando aparentemente encontrava-se feliz ao lado da esposa, que possuía muitos dotes em relação à negra, o poderoso coronel perdeu o interesse pela mulata. (DOURADO, 1985, p. 112).

No entanto, após a primeira decepção com a mulher, o coronel “foi a Duas Pontes mas não ficou na casa de nenhum amigo, bateu foi na casa de Adélia, onde permaneceu quatro dias trancado com ela.” (DOURADO, 1985, p. 114). Contribuindo para a compreensão dessa passagem, Sant’Anna afirma que “a senzala e o corpo escravo, enfim, vão ser a válvula de escape das tensões acumuladas na casa-grande.” (1985, p. 52). Este tipo de relacionamento era recorrente, pois era com as cativas que os homens iniciavam suas práticas amorosas, incentivados pela família e, principalmente

pelo pai e patriarca, pois era necessário que o homem branco mostrasse sua virilidade desde cedo, o que era motivo de orgulho.

Em outros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, [...] antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável. [...] os pais, dominados pelo interesse econômico de senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genéticas [...]. (FREYRE, 2013, p. 455).

Além disso, os filhos dos senhores de engenho cresceram presenciando cenas de violência erótica, praticadas, normalmente, pelo próprio pai.

Sublinhemos, aqui, a relação entre o erótico e o econômico [...]. O senhor usa o corpo do escravo não apenas como produtor de trabalho e reprodutor de mão-de-obra, mas como produtor de prazer. É um objeto altamente rentável no plano erótico e econômico. (SANT'ANNA, 1985, p. 50).

Além disso, as negras diferiam significativamente da *mulher esposável*, que devia ter sua virgindade e pudor conservados. Assim, o que se esperava dos casais brancos era “moderação, freio dos sentidos, controle da carne, [...] pois o ato sexual não se destinava ao prazer, mas à procriação dos filhos.” (DEL PRIORE, 2011, p. 52). Isso explica a liberdade que os coronéis tinham com as mulheres de etnias inferiorizadas, pois com estas poderiam satisfazer todos os anseios sexuais que não concretizavam dentro da casa-grande, com suas esposas.

Dessa forma, Adélia é representada como o objeto erótico do senhor, do qual ele se serve quando e quanto melhor lhe aprouver. Em nenhum momento é demonstrado qualquer sentimento afetivo do patriarca pela mulata, ao contrário do que acontece com Isaltina. Assim, é possível considerá-la como uma representação da *mulher comível*, de que fala Sant'Anna (1985). Afinal, segundo a voz do amante, Adélia, “[...] não possuía nenhuma sutileza ou elaboração amorosa, mas lhe dava tudo o que pedia a sua natureza bruta de homem. Era uma mulata quente, foga e arteira como poucas” (DOURADO, 1985, p. 114-115). Nesse sentido, ela acaba diferindo significativamente da idealizada e intocável mulher branca.

Por meio desse caráter sedutor atribuído à personagem, pode-se afirmar que ela conseguiu muitos privilégios em relação aos que se encontravam na mesma situação dela quando escrava. O primeiro privilégio foi a “liberdade”, através da alforria. Depois disso, ganhou uma casa na cidade e era sustentada pelo amante, ganhando deste muitos presentes. As prerrogativas das quais gozava Adélia corroboram o comentário de Sant’Anna a respeito desse tipo de relacionamento marcadamente sexual:

Enquanto mulher de cor, tendo uma dupla natureza, pode movimentar-se socialmente desde que mantenha sua duplicidade de caráter. Enquanto for *faceira e brejeira* conseguirá, através da docilidade, transformar-se de *escrava* em *rainha*. (1985, p. 41, grifos do autor).

Enquanto mantém, através da sedução, em muitos casos, esse relacionamento com o seu senhor, ela conseguirá manter-se em uma situação favorável, já que, pela sua condição étnica, não poderia esperar qualquer condição melhor de sobrevivência. Como observado anteriormente, este papel de sedutora era geralmente atribuído à mulata ou à negra. A mulher de cor era contumazmente considerada culpada pela sociedade e pela família patriarcal pelos desvios sexuais do senhor. Contudo, o responsável por estes atos impróprios era, na realidade, o patriarca. A mulher de cor era vítima desse sistema opressor, desde muito tempo, vivendo à mercê das condições desvantajosas que a sociedade lhe impunha.

Assim, não se pode culpar a mulher de uma etnia tida como inferior pelas relações que ela tinha com os senhores, pois ela era considerada como um capital. Para exemplificar, tomem-se alguns exemplos das violências praticadas pelo patriarca Lucas Procópio com seus escravos: “Isaltina [...] viu o marido esbravejando com uma meninota preta de seus quatorze anos. Ela devia ter feito qualquer coisa que não lhe agradara, ele lhe chegava o chicote nas canelas e gritava salta crioula, salta crioula.” (DOURADO, 1985, p. 116) ou ainda, quando a esposa afirma que ele estivera com suas próprias escravas: “[...] estivera com mulher. Não era Adélia porém, não havia naquela mistura de perfume ativo e bodum. Agora só o cheiro ardido e nauseabundo de preto. Certamente com uma de suas negras.” (DOURADO, 1985, p. 117).

No caso de Adélia, utilizando seu corpo como objeto erótico e de ascensão social, ela conseguiu sua “liberdade”, mas, mesmo sendo “livre”, tinha obrigações e estava presa à figura do coronel enquanto este a desejasse. Se fosse “descartada”, correria o risco de ser morta pelo próprio senhor, viver

como prostituta ou na miséria reservada aos negros que saíam do âmbito da casa-grande. Ademais, para as mulheres de ascendência negra, “é forçoso reconhecer que os homens lhe abriram e concederam este espaço de brejeirice e de sedução, como modo ambíguo e ilusório de pensar que na sociedade escravocrata ela tinha liberdade.” (SANT’ANNA, 1985, p. 42).

De certa forma, é possível assegurar que Adélia encontra-se próxima ao *núcleo*, e, conseqüentemente, está mais distante da *nebulosa*, local em que deveria circular, já que é de classe étnica e social considerada inferior. Ao se aproximar do centro do poder, ela conseguia desfrutar dos benefícios que esta aproximação lhe permite. No entanto, essa proximidade ao *núcleo* só se concretizava por meio do uso do próprio corpo. Portanto, “[...] a ausência de dotes econômicos e sociais é compensada pelo dote físico. O corpo passa a ser moeda de ascensão social.” (SANT’ANNA, 1986, p. 44).

Ao manter um relacionamento com uma pessoa de classe inferior, Lucas Procópio causava muitas discórdias no casamento. Isaltina em vários momentos demonstra sentimentos violentos em relação à mulher com quem seu marido mantém outra relação afetiva. A primeira vez que isto é apresentado aos leitores, estes são surpreendidos com o caráter ofensivo das considerações da personagem a respeito da mulata Adélia: “Entendendo a muda semáfora, ele disse está bem, estive com outra, quer saber o nome? Ela então falou, foi cortante, uma navalha afiada. Eu por acaso alguma vez procurei *saber o nome de algum dos animais?* [...]” (DOURADO, 1985, p. 116, grifos nossos).

Neste trecho evidencia-se o comportamento violento que as mulheres brancas tinham com relação às negras, amantes de seus maridos. Isaltina compara Adélia a um animal, o que comprova que as mulheres de cor não tinham valor nenhum dentro dessa sociedade marcadamente preconceituosa e discriminatória, em que era valorizado, sobretudo, quem fosse branco e tivesse poderes econômicos. Dito de outra maneira, mesmo que as mulheres em geral vivessem subjugadas à ordem masculina e patriarcal, havia nuances de valoração entre elas. Entretanto, uma das razões destes atos contra as escravas é a questão do silenciamento das mulheres brancas perante as inúmeras ações violentas e humilhantes dos seus maridos. Dir-se-ia uma válvula de escape para as senhoras de então.

Em outro momento na narrativa, Isaltina faz as seguintes considerações a respeito de Adélia e do seu relacionamento com o coronel:

O que me humilhava era ele ter casa montada para a mulata. Ele acabou, não sei por que, dando um sumiço nela, certamente ela foi fazer vida noutra cidade. É incrível, eu devia ter ciúme era de mulher branca, igual a mim! Mas o que me torturava e me humilhava era a ostentação daquela mulata semostradeira. (DOURADO, 2001, p. 89).

Neste trecho percebe-se a indignação da personagem com o relacionamento extraconjugal do marido e com os privilégios que este concedia à amante. Este pensamento era compartilhado por Isaltina e por praticamente toda a elite da sociedade escravocrata nesta época. Além disso, é visível que:

O preconceito de cor e de raça irrompe, cruel, quando surge algum risco de concorrência na luta pelo dinheiro e pelo prestígio. O que era latente e difuso torna-se patente e localizado. [...] Ora, a diferença de cor é o sinal mais ostensivo e mais "natural" da desigualdade que reina entre os homens; e, na estrutura colonial-escravista, ela é um traço inerente à separação dos estratos e das funções sociais. (BOSI, 1992, p. 96).

No trecho da fala de Isaltina é possível verificar também que ela atribui um caráter sedutor à negra e a trata com total indiferença, justificando que o marido "deu um jeito", convencendo provavelmente Adélia a sair da cidade. Isso evidencia a inferioridade em que se encontravam as outras etnias perante os brancos, servindo aos interesses destes enquanto eram "úteis". Depois disso, eram "jogadas fora" desinteressadamente e sem remorso, o que muito alegrava as esposas dos coronéis. Mais que isso, neste trecho é perceptível que Adélia foi abandonada insensivelmente por Lucas Procópio e foi obrigada "a fazer vida em outra cidade", ou seja, provavelmente, prostituir-se, já que não havia maiores expectativas e esperanças de vida para as negras ou mulatas "livres".

Dessa forma, salienta-se que Adélia é uma representação autêntica da mulher de cor do Brasil com fortes marcas patriarcais, que passou por inúmeros sofrimentos oriundos de uma ideologia preconceituosa e discriminatória que avia, por ser mulher e negra, como um objeto mais subordinado ao seu senhor do que a mulher branca o é ou parece ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou retratar contextos sociais importantes presentes na literatura que fundamentaram a formação do Brasil. Contudo, estes fatores, dentro dos aspectos até aqui mencionados, não foram positivos, pois

demonstram comportamentos que contrastam e distanciam a relação entre o homem e outros grupos mais estigmatizados, especialmente, a mulher. Portanto, a partir de algumas considerações e observações aqui efetuadas, foi possível elencar muitas peculiaridades do homem *versus* a mulher e, assim, revelar padrões preconceituosos que fundamentaram a relação destes, que, indiretamente, ainda conservam na contemporaneidade muitos de seus traços.

A ordem e/ou ideologia patriarcal foi um elemento que elevou significativamente a condição de poder do homem abastado social e economicamente e, conseqüentemente, abalou a condição da mulher. Sem voz, direitos e autonomia, essas mulheres tiveram suas vidas anuladas pela opressão da ordem patriarcal. Entretanto, há marcas visíveis de comportamentos determinados para a mulher de cada etnia.

Na análise aqui efetuada, a mulher branca, representada por Isaltina, era educada para servir a família, em especial ao marido, ao qual devia obediência e resiliência, acima de tudo. Este tipo de servidão feminina começava direcionada ao pai e depois de casada ao marido. Ambos os homens eram geralmente legítimos patriarcas, donos de terras, exercendo o poder sobre tudo e todos. No que concerne à mulher de cor, nas considerações feitas nesse artigo, esta é representada por Adélia. De ascendência negra, diferentemente de Isaltina, esta não obtivera educação nenhuma, servindo apenas para figurar no espaço da depravação e da imoralidade, disponível aos anseios do seu senhor, que desfrutava do seu corpo de forma canibalesca. Nessa relação marcada pela luxúria, seu corpo representava o único meio de supostamente permitir-lhe a ascensão social. Apesar disso, o uso do corpo não lhe permite escapar à sua condição de escrava, pois seu corpo e sua etnia mantêm-na escravizada.

Por fim, evidencia-se que a mulher do Brasil colonial esteve totalmente reservada aos mandos e desmandos do homem patriarcal. Sufocadas pelo poder masculino, a mulher branca e a de outras etnias desempenhavam muitas funções semelhantes na sociedade e passavam por muitos processos discriminatórios. No entanto, a análise de Isaltina e Adélia revela que há muitas discrepâncias na forma de tratamento dada a uma e à outra.

Da mulher branca, esperavam-se inúmeros comportamentos que a padronizam ao exemplo de uma mulher idealizada. Caso esta “usasse” os arquétipos que a moldavam, sua vida não era de todo mal. No que tange à mulher de cor, esta, além de servir ao trabalho escravo, aos mandos e

desmandos de seu “dono”, pertencia a uma etnia inferiorizada, o que a deixava totalmente à margem da sociedade, não se encaixando em nenhuma posição favorável. Considerada carga viva, é alocada à força a ir a qualquer lugar aonde o seu senhor determinar que vá; como objeto, está onde a sociedade a inserir social e moralmente.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTELO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEL PRIORE, Mary (Org.); PINKSY, Carla Bassanezzi. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DOURADO, Autran. *Um cavalheiro de antigamente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. *Lucas Procópio*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

REIS, Roberto. *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro*. Niterói: Universitária, 1987.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em 28/06/2016
Aprovado em 19/12/2016